

Apresentação

Dossiê “Geografia, Território e Política Pública”

Organizador: Gutemberg de Vilhena Silva (Universidade Federal do Amapá - UNIFAP)

A interface entre Geografia, Território e Política Pública tem encontrado terreno fértil nas Ciências Sociais, ao menos nas últimas quatro décadas, a partir da consideração de que diversos atores produzem e reproduzem relações que afetam politicamente as interações espaciais dos e entre os países (Castro, 2021). Isso porque, no *espaço político* (Castro, 2018), o Estado deixou de ser um recorte explicativo para inúmeras questões colocadas a quase meio século para a sociedade. E é justamente aqui que reside grande parte dos atuais arranjos e das tensões políticas entre as nações e seus impactos territoriais no debate sobre fronteiras internacionais (Benedetti, 2022; M. Ferrari et al., 2020; Foucher, 2012, 2021; Braticevic et al., 2017); a questão federativa e o debate sobre os municípios (Brandt, 2010; Cigolini, 2015; S. Ferrari, 2016; Ribeiro, 2010); a insurgência e a contrarresistência das minorias (Mondardo, 2022); e inúmeras outras questões que permeiam o espaço político.

Atualmente, um dos desafios centrais no debate entre Geografia, Território e Política Pública é entender os desdobramentos das diversas ações visando à gestão territorial, a partir da qual estratégias territoriais de atores variados divergem, convergem, moldam-se e impõem a necessidade de aportes teóricos e estudos analíticos cada vez mais aprofundados diante do tema em tela, por exemplo. A política, enquanto arena de conflito, é assimilada como o campo das ações emanadas dos poderes centrais, regionais e locais em diferentes territórios. Atualizar as análises das políticas públicas sob o “olhar” da geografia compreende não apenas considerar, hoje, as políticas de Estado, mas empreender uma avaliação das demandas e questões mais importantes em cada território usando múltiplas

escalas (Castro, 2005; Rodrigues, 2014). Concordamos com Martin (2001): a valorização da dimensão espacial dos problemas e da ação pública pode implicar desafios e oportunidades para que o geógrafo se destaque como intelectual crítico mais ativo nos processos de elaboração de políticas públicas.

Para colaborar e ampliar algumas discussões mencionadas, este dossiê de **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado** reúne artigos com questões atinentes ao território e às políticas públicas sob a perspectiva da Geografia.

Pode-se dividir o dossiê em três partes.

A primeira compreende dois artigos que avaliam a questão federativa por meio da discussão sobre os municípios brasileiros. Em “A Criação de municípios e autonomia territorial”, Adilar Antonio Cigolini e João Paulo Vieira Batista analisam a autonomia territorial como mecanismo subjacente à criação de municípios desde a adoção desse modelo de unidade territorial, no período colonial, avaliando mediante revisão bibliográfica as mudanças e adaptações constitucionais no processo de construção da malha municipal brasileira até chegarmos ao seu formato atual. Em seguida, Iná de Castro e Daniel Azevedo também analisam os municípios enquanto recorte espacial da vida da sociedade e como zona da gestão pública e da representação política em “Porque é preciso falar de municípios e de geografia política”. O ponto-chave dos autores - que recorreram a periódicos classificados no estrato A do sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a dados secundários como complemento - é a identificação e análise das características e diferenças da malha municipal em termos de espaço, voto e gestão do território no contexto da sociedade.

A segunda parte do dossiê compreende três artigos que discutem fronteiras internacionais. Ricardo Nogueira e Tiago Oliveira abrem essa seção com “Os rios nas fronteiras do Brasil”. Entende-se que, ao longo de nossa história, os rios sempre tiveram diversos usos, inclusive na dimensão política, pois muitos deles constituem limites territoriais entre nações. Para dar sustentação às reflexões, os autores enfatizam aspectos particulares dos rios que se encontram nas fronteiras do Brasil. Em seguida, Vitorino Silva e Edgar Costa exploram a governança territorial exercida por governos subnacionais em “Fronteiras e relações internacionais: governos subnacionais como protagonistas da governança territorial”. A partir de pesquisa bibliográfica e trabalho de campo em consulados localizados em zonas de fronteira brasileiras, os autores argumentam que os municípios fronteiriços podem e devem estimular iniciativas de cooperação e aproveitar instrumentos já existentes, como os comitês de fronteira, para que se tornem “porta-vozes” da população na governança territorial. Fecha essa seção “O turismo e o desenvolvimento regional na fronteira Brasil-Paraguai”, de Fábio Silva, Dores Grechi e Camilo Pereira. Os autores analisam os desdobramentos na geografia da circulação e articulação multimodal a partir da construção de uma ponte binacional ligando Porto Mutinho (Brasil) e Carmelo

Peralta (Paraguai) para compreender os impactos dessa ponte no desenvolvimento regional relativo ao turismo.

Já a terceira parte consiste em dois artigos com propostas diferentes. No primeiro, Marcos Mondardo analisa a luta de povos indígenas sob a perspectiva da discussão territorial em “Geografia Política colaborativa das lutas indígenas: conflitos e multi/transteritorialidades de r-Existência”. Para avaliar como as ferramentas de análise e as práticas espaciais de r-Existência indígena podem tornar-se armas de luta por justiça social, o autor recorre a um estudo de caso: a luta dos Guarani e Kaiowá pelo reconhecimento e pela regularização fundiária dos tekoha.

Por fim, Bruna Brito e Gutemberg Silva fecham este dossiê com “Suriname: dinâmicas econômicas e relações internacionais”. Nesse artigo, os autores exploram as relações econômicas internacionais do Suriname ao longo de uma década (2007-2017) para compreender o comportamento e os padrões atuais da inserção econômica desse país na economia mundial. Duas conclusões importantes: o Suriname tem o mercado de *commodities* como principal setor de exportação; e esse país passou a investir em infraestrutura e planos de desenvolvimento de longo prazo visando a atrair mais acordos e investimentos. A questão que se coloca é a necessidade de variar seus setores produtivos e superar instabilidades políticas para melhorar o ambiente econômico internacional.

Os sete textos que compõem este dossiê, cada qual com sua proposta, mostrou a articulação proposta no dossiê e coloca aos leitores de **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado** alguns dos debates de vanguarda orientados pela relação entre Geografia, Território e Política Pública.

Desejamos ótimas leituras a todos!

Gutemberg de Vilhena Silva

Para citar esta apresentação

Benedetti, A. (2022). Hegemonía, cooperación y disidencia. Regionalizaciones de América como sistemas de prácticas y relaciones de poder. *Huellas*, 26(1), 105-124.

Brandt, C. T. (2010). A criação de municípios após a Constituição de 1988: o impacto sobre a repartição do FPM e a Emenda Constitucional n. 15, de 1996. *Revista de Informação Legislativa*, 47(187), 59-76.

Braticevic, S., Tommei, C., & Rascovan, A. (2017). *Bordes, límites, frentes e interfaces*. GEFRE.

Castro, I. E. (2005). *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Bertrand.

Castro, I. E. (2018). *Espaço político*. *GEOgraphia*, 20(42), 120.

Castro, I. E. (2021). Geografia política: o que é afinal e para que serve. *Espaço & Geografia*, 24(2), 1-26.

-
- Cigolini, A. A. (2015). Ocupação do território e a criação de municípios no período. *Mercator*, 14(1), 1-14.
- Ferrari, M., Gusman, I., Costa, E. A., & González, R. C. L. (2020). *Fronteira, território e ambiente: diálogos entre América Latina e Europa*. Edunioeste.
- Ferrari, S. (2016). Criação de municípios e debate científico: entre mitos e métodos. *Revista de Informação Legislativa*, 53(211), 55-80.
- Foucher, M. (2012). *L'obsession des frontières* (3e. ed.). Tempus Perrin.
- Foucher, M. (2021, septembre). La réaffirmation des frontières: vers une nouvelle régionalisation du monde? In T. Montbrial (Ed.), *Rapport Annuel Mondial sur le Système Économique et les Stratégies* (RAMSES, 40e. ed., pp. 1-10). Dunod.
- Martin, R. (2001). Geography and public policy: the case of the missing agenda. *Progress in Human Geography*, 25(2), 189-210.
- Mondardo, M. L. (2022). Em defesa dos territórios indígenas no Brasil: direitos, demarcações e retomadas. *Geosp*, 26(1), e-176224.
- Ribeiro, F. V. (2010). Fragmentação administrativa territorial: notas para construção de um debate sobre a criação de municípios. *Cidades*, 7(12), 291-304.
- Rodrigues, J. N. (2014). Políticas públicas e geografia: a retomada de um debate. *Geosp*, 18(1), 152-164.

Para citar esta apresentação

Norma ABNT

SILVA, G. V. Apresentação. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 12, n. 29, p. 7-10, 2022.

Norma APA

Silva, G. V. (2022). Apresentação. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 12(29), 7-10.

Norma Vancouver

Silva GV. Apresentação. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2022 [cited Aug 4, 2022];12(29):7-10.

Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/8597>